

O PERFIL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE FINANCEIRA PUBLICADA NOS ANAIS DOS CONGRESSOS BRASILEIRO DE CUSTOS, ENANPAD, ANPCONT E USP EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, NO PERÍODO DE 2009 A 2011.

Gabriela Baron de Lima

Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: gabrielabl@outlook.com

Laudemir Bernardes de Souza

Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: lau_contabeis@hotmail.com

William Fernando Bonfin dos Santos

Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: willian.bonfin@hotmail.com

Almir Teles da Silva

Doutor em Engenharia da Produção. Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: atsilva@uem.br

Paulo Moreira da Rosa

Doutor em Engenharia da Produção. Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: pmrosa@uol.com.br

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo identificar e analisar as mudanças relevantes ocorridas na produção científica na área da contabilidade financeira publicada nos anais dos referidos congressos. Fundamentou-se em um constructo teórico elaborado para direcionar a pesquisa, concluindo-se que a Contabilidade Financeira tem por objetivo fornecer dados para elaboração das demonstrações contábeis, direcionadas principalmente aos usuários externos. O referido trabalho quanto aos seus objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva e explicativa, de natureza aplicada, do tipo qualitativo e quantitativo. É uma pesquisa documental, pois, seu objeto de estudo são os trabalhos publicados nos anais dos Congressos, que foram coletados por meio de uma pesquisa de campo, cujo método de abordagem utilizado foi o indutivo. Com relação aos resultados provenientes da pesquisa, percebe-se que no período analisado as publicações em contabilidade financeira aumentam com o decorrer dos anos, com exceção do Congresso Enanpad que apresenta um quadro regressivo de artigos. Verifica-se também a carência de trabalhos em algumas subáreas da contabilidade financeira, no entanto, estima-se uma melhoria nas próximas publicações em contabilidade financeira, devido ao aumento do número de pesquisadores em fase de doutoramento.

Palavras-chave: Produção científica; Pesquisa contábil; Contabilidade financeira.

Área n° 04: Educação e Pesquisa em Contabilidade.

Subárea n° 4.1: Estudo de modelos, métodos, técnicas e instrumentos que visam ao aprimoramento e melhoria de todo o processo ensino-aprendizagem, e das construções de trabalhos científicos em todas as áreas do campo de conhecimento das Ciências Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade classifica-se como uma ciência social aplicada, pois se destina a registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que alteram o patrimônio, a condição financeira e econômica de uma entidade. O desenvolvimento da contabilidade esteve intimamente ligado ao surgimento do capitalismo e ao progresso da economia. Verifica-se uma interação entre esses fenômenos e o aperfeiçoamento da ciência contábil. Apoiada pelo método das partidas dobradas a contabilidade é um instrumento de controle e de tomada de decisão. Atualmente ela pode e deve ser utilizada por qualquer tipo de entidade, quer desenvolva atividades econômicas ou não.

Conforme Favero (2003), com o início da revolução industrial, os processos de custeamento e geração das informações tornaram-se mais complexos, ocasionando-se condições favoráveis para que a contabilidade viesse a ser desenvolvidas em duas grandes áreas: a financeira ou societária e a gerencial, as quais fundamentam seus relatórios em bases de dados semelhantes, no entanto, em nível de detalhamento e direcionamento diferentes. Logo a contabilidade financeira direciona suas informações principalmente aos usuários externos, elabora seus relatórios conforme as normatizações estabelecidas pela legislação.

Por meio da escrituração contábil, a contabilidade financeira propicia o registro, a síntese, a análise e a interpretação do que ocorre no patrimônio das pessoas físicas e jurídicas. A escrituração é realizada pelo método das partidas dobradas e produz dados que serão utilizados nas demonstrações contábeis como a Demonstração de Resultado (DR), Balanço Patrimonial (BP), Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) além de outras necessárias a uma boa gestão. Estes relatórios contábeis devem ser elaborados com base nos princípios contábeis apresentando uma linguagem mais homogênea de informações servindo assim para uso na comparação com outras empresas ou para avaliar o próprio desempenho em períodos diferentes.

Segundo Lopes (2002), a pesquisa, no que se refere à Contabilidade Financeira, no final dos anos 60, começou a ser focada especialmente no mercado de capitais, tornando-se assim uma das áreas mais destacadas na academia contábil internacional. Neste sentido, a maioria das pesquisas realizadas teve como objetivo estudar o impacto da divulgação de informações contábeis no comportamento dos ativos em mercados financeiros.

Tendo em vista que a produção científica relacionada à área da Contabilidade Financeira é uma das que possuem maior número de publicações, e dada a sua relevância ao usuário externo, levantou-se como problemática desta pesquisa a seguinte questão: **quais as mudanças relevantes ocorridas na produção científica na área da Contabilidade Financeira, publicada nos anais dos Congressos Brasileiro de Custos, Enanpad, Anpcont e USP em Controladoria e Contabilidade, no período de 2009 a 2011?**

Esta investigação justifica-se pela necessidade de conhecer o perfil da produção científica em Contabilidade Financeira e suas principais subáreas publicadas nos anais dos Congressos Brasileiro de Custos, Enanpad, Anpcont e USP em Controladoria e Contabilidade, nos anos de 2009, 2010 e 2011. Assim como, mensurar o seu quadro evolutivo e conhecer os pesquisadores que tem contribuído para sua evolução. Os resultados da pesquisa poderão ser úteis aos profissionais que se interessam pela qualidade da informação científica, sejam eles: editores, leitores, autores, serviços de indexação, bibliotecas, centros de documentação e, em particular, aos pesquisadores da área contábil.

Segundo Gil (2002), os objetivos gerais são pontos de partida que indicam uma direção a seguir, mas, na maioria dos casos, não possibilitam que se parta para a investigação. Logo, devem ser redefinidos, esclarecidos, delimitados. Surgem então, os objetivos específicos da pesquisa. Deste modo o objetivo geral desta pesquisa é realizar um levantamento das mudanças relevantes ocorridas na produção científica na área da Contabilidade Financeira, publicadas nos anais dos Congressos Brasileiro de Custos, Anpcont, Enanpad e USP em Controladoria e Contabilidade, nos anos de 2009, 2010 e 2011. Os objetivos específicos restringem-se a análise de três dimensões que considerou como relevantes frente ao estudo proposto:

- Quantitativa: número de publicação a cada ano por congresso;
- Temática: enquadramento das publicações em áreas e subáreas;
- Autoria: identificação dos autores, titulação e vinculação institucional.

Estas dimensões serão estudadas, após a identificação da produção científica na área da Contabilidade Financeira, publicada nos anais dos congressos mencionados descrevendo-se as características do objeto de estudo, produção científica, assim como evidenciando-se as mudanças significativas que ocorreram no período estudado.

O artigo encontra-se organizado da seguinte forma: na seção 1 apresenta-se o tema, sua importância, objetivos e justificativas para sua elaboração, fazendo-se parte da introdução; na seção 2 encontra-se a plataforma teórica para a execução da pesquisa; na seção 3 se

demonstra os procedimentos metodológicos aplicados; na seção 4 são apresentados os resultados obtidos e a análise a partir dos dados coletados; e, concluindo-se, na seção 5 contempla-se a conclusão e considerações finais.

2 CONTABILIDADE FINANCEIRA

A princípio pode-se confundir a abrangência da área de atuação da contabilidade financeira, pois o nome motiva a pensar na localização e manuseio da moeda em determinada instituição, ou seja, desperta-se a atenção para as disponibilidades da empresa. No entanto, a contabilidade financeira compreende um campo de atuação bem maior, objetivando fornecer informações da saúde financeira e econômica da empresa de maneira generalizada, demonstrando-se a situação que se encontra a instituição através da elaboração de relatórios contábeis, visando-se a necessidade de informações voltadas principalmente aos usuários externos.

A Contabilidade Financeira, cujos relatórios finais básicos são o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e os Fluxos de Caixa, teria maior utilidade ou visaria mais diretamente aos agentes econômicos externos à empresa, assim como aos sócios desligados da direção, ao passo que a Contabilidade Gerencial, mais analítica, incluindo também em seu campo de atuação a Contabilidade de Custos, visaria primariamente à administração da empresa (IUDÍCIBUS, *et al*, 2006, p.23).

Desta maneira, pode-se dizer que a contabilidade financeira direciona seus esforços a elaboração de relatórios aos usuários externos da empresa, ficando-se a cargo da contabilidade gerencial os relatórios que enfatizam e se aprofundam nos dados operacionais e administrativos, servindo de apoio a tomada de decisão dos usuários internos da empresa.

Conforme destaca Favero (2003, p. 52), “a contabilidade financeira tem seu foco centrado basicamente nos usuários externos, especialmente em função dos parâmetros utilizados para a geração das informações”, assim sendo, nesta área da contabilidade, elaboram-se relatórios padronizados e normatizados conforme a legislação em vigor, sendo estes normalmente não direcionados para casos e usuários específicos.

Segundo Iudícibus *et al* (2006), a contabilidade financeira destina-se a: sócios, acionistas e proprietários de quotas societárias, os quais muitas vezes se encontram afastados da direção das empresas e necessitam de informações resumidas, que demonstrem a seguridade e retorno financeiro de seus investimentos; bancos, capitalistas e emprestadores de dinheiro, são entidades que também necessitam de informações relevantes, que demonstrem

principalmente os fluxos financeiros e a estabilidade da empresa; governo e economistas governamentais, pois baseando-se nos demonstrativos contábeis pode-se exercer o poder de tributar, além de adquirir-se os dados básicos para se realizar as análises econômicas.

2.1 Mercado Financeiro e de Capitais

O mercado financeiro baseia-se na relação entre as possibilidades de investimentos, por parte dos sujeitos que apresentam um excedente em suas finanças, e a necessidade de recursos financeiros, provindos dos sujeitos que apresentam uma carência por estes recursos.

Podemos definir os mercados financeiros como o mecanismo ou ambiente através do qual se produz um intercâmbio de ativos financeiros e se determinam seus preços. São mercados nos quais os recursos financeiros são transferidos desde unidades superavitárias, isto é, que têm um excesso de fundos, até aquelas deficitárias, ou seja, que têm necessidade de fundos (PINHEIRO, 2006, p. 81).

Além disso, Mellagi Filho e Ishikawa (2000) também destacam que se pode chamar de sistema financeiro ou bancário o aglomerado de instituições e operações ocupadas com a movimentação dos recursos monetários entre os agentes econômicos. Ou seja, é o mercado de emprestadores e tomadores de empréstimos, objetivando-se uma remuneração dos empréstimos, denominada de juro ou, em termos percentuais, de taxa de juros.

Assim sendo, os emprestadores de seu excedente monetário, objetivam obter uma receita financeira através da taxa de juros, logo os tomadores de empréstimos pagam taxas de juros, a fim de obter os recursos monetários necessários para o desenvolvimento de suas atividades. Observando-se que as operações financeiras geralmente são intermediadas pelo conjunto de instituições que atuam no ramo financeiro, onde segundo Pinheiro (2006, p. 82) “[...] o mercado financeiro transfere as poupanças dos agentes superavitários para os deficitários de uma economia”. Portanto, as instituições financeiras realizam operações principalmente com o âmbito de recolher os ativos financeiros excedentes e repassa-los aos agentes que se encontram carentes por estes, mediante ao compromisso da devolução deles, acrescentados das taxas de juros, após um determinado período de tempo.

O mercado financeiro pode ser subdividido em quatro mercados distintos: monetário, crédito, capitais e cambial. Conforme Assaf (2010), o mercado monetário envolve as operações de curto e curtíssimo prazo, resultando em um controle ágil e rápido da liquidez da economia, assim como, das taxas de juros básicas, ou seja, encontra-se organizado direcionando-se ao controle da liquidez monetária da economia. Dessa maneira, o governo

através da venda de títulos às instituições financeiras, pode retirar parte do dinheiro em circulação na economia, assim como, ao comprá-los pode injetar novamente a moeda em circulação, sendo, portanto, este mecanismo uma ferramenta para regular a quantidade de dinheiro em circulação na economia com certa eficiência, pois são operações de curto e curtíssimo prazo.

Segundo Assaf (2010, p. 57), “o mercado de crédito engloba as operações de financiamento de curto e médio prazo, direcionadas ao ativo permanente e capital de giro das empresas”. Portanto, este mercado é de fundamental importância para manter a estrutura e o giro das operações realizadas pelas empresas, visto que dificilmente elas poderiam se desenvolver e crescer de forma imediata, somente com o capital próprio e a renda gerada pela atividade operacional. Dessa maneira, através do mercado de créditos as empresas conseguem aproveitar as oportunidades de expansão que o mercado venha proporcionar a elas. Conforme Assaf (2010), o mercado de crédito busca fundamentalmente suprir as necessidades de caixa de curto e médio prazo dos vários agentes econômicos, através da concessão de créditos às pessoas físicas, ou por empréstimos e financiamentos às pessoas jurídicas.

No entanto, para a realização das operações de longo prazo e de prazo indeterminado geralmente se utiliza o mercado de capitais, o qual é constituído por títulos integrantes do capital das empresas. Pinheiro (2006), enfatiza que o mercado de capitais define-se como um conjunto de instituições que negociam com títulos e valores mobiliários, buscando-se o direcionamento dos recursos dos agentes compradores para os agentes vendedores. Ou seja, o mercado de capitais representa um sistema de distribuição de valores mobiliários que tem o propósito de viabilizar a capitalização das empresas e dar liquidez aos títulos emitidos por elas. Através deste mercado as empresas conseguem levantar recursos financeiros a partir de seu próprio capital, com objetivo de expandir seus negócios, reinvestindo a liquidez obtida na própria empresa e fazendo-se com que ela cresça. Por sua vez, este crescimento proporciona à valorização dos títulos ou ações que foram colocadas por ela a venda no mercado de capitais, beneficiando os compradores destes.

O mercado de capitais é observado de perto pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a fim de garantir aos seus investidores a garantia de obtenção de informações de qualidade em relação às empresas, na qual esta se realizando os investimentos. As transações são realizadas através da bolsa de valores, em mercado de balcão e através de intermediadores financeiros.

Em relação ao mercado cambial, enfatizou Assaf (2010, p. 74) que: “O mercado cambial inclui as operações de conversão de moeda de um país pela de outro, determinada principalmente pela necessidade da prática do comércio internacional”. Dessa maneira, devido a pratica de compra e vendas de mercadorias com o comercio exterior, existe a necessidade da conversão da moeda para poder comprar do exterior na moeda aceita pelo mercado externo. Assim como, na venda de bens para o exterior, converte-se a moeda obtida da atividade exportadora para o padrão nacional. Estas transações são realizadas através da taxa de câmbio, a qual determina a relação entre os valores das moedas, ou seja, quanto uma vale em comparação a outra.

2.2 Análise das Demonstrações Contábeis

Tratando-se de análise das demonstrações contábeis, busca-se propiciar conhecimentos que permitam aplicar as técnicas de avaliação do desempenho econômico, financeiro e patrimonial das entidades para subsidiar o processo decisório, utilizando-se principalmente dos relatórios contábeis.

De acordo com Silva (1999), a análise das demonstrações financeiras exige preparação preliminar das peças contábeis. A chamada padronização das demonstrações financeiras é uma etapa precedente da análise propriamente dita. O processo de análise como um todo, obedece a uma sequencia de etapas, sendo as seguintes: coleta da documentação para análise; conferência da documentação recebida; preparação com leitura e padronização das demonstrações financeiras; processamento com os cálculos dos indicadores e obtenção de relatórios; análise dos indicadores e relatórios e a conclusão, onde se elabora o parecer.

As demonstrações financeiras representam um canal de comunicação da empresa com diversos usuários internos e externos, através da análise das demonstrações encontram-se índices que permite avaliar o desempenho econômico e financeiro da empresa.

Para Lemes Jr. et al. (2002), índices financeiros são grandezas comparáveis obtidas por meio de análise de valores monetários absolutos, destacando-se os seguintes tipos de índices: índices de liquidez, os quais medem a capacidade da empresa em saldar seus compromissos no curto prazo; índices de atividade ou eficiência operacional, estes medem a velocidade com que as várias contas se transformam em vendas ou caixas, assim sendo, quanto mais rápido certos itens do ativo e passivo giram dentro do exercício, melhor está sendo a administração desses itens; índices de endividamento, os quais mensuram a

participação do capital de terceiros na empresa e índices de lucratividade ou rentabilidade, que ponderam o lucro e o retorno da empresa em relação a diversos itens do Balanço e da Demonstração de resultados do exercício.

2.3 Governança Corporativa

Governança corporativa é uma área de estudo com múltiplas abordagens. Uma das principais preocupações é garantir a aderência dos principais atores a códigos de conduta pré-acordados, através de mecanismos que tentam reduzir ou eliminar os conflitos de interesse e as quebras do dever fiduciário. Um problema relacionado, entretanto normalmente tratado é o impacto da governança corporativa na eficiência econômica, com uma forte ênfase em maximizar valor para os acionistas (WESTON e BRIGHAM, 2000).

Há ainda outros temas em governança corporativa, como a preocupação com o ponto de vista dos outros *stakeholders* que não os acionistas, bem como o estudo dos diversos modelos de governança corporativa. Assim, a governança corporativa é composto pelo conjunto de mecanismos e regras pelas quais se estabelecem formas de controle da gestão das sociedades de capital aberto, e onde se incluem instrumentos para monitorização e possibilidade de responsabilização dos gestores pelas suas decisões.

O estudo da governança corporativa parte dos problemas da agência no conflito entre fornecedores de capital e os administradores. No entanto, outros conflitos podem surgir com Fornecedores de capital de curto e longo prazo, entre os empregados de níveis hierárquicos diferentes, entre outros (IUDÍCIBUS e LOPES, 2004).

Tem havido um renovado interesse no assunto de governança corporativa desde 2001, particularmente devido aos espetaculares colapsos de grandes corporações norte-americanas como a Enron Corporation e Worldcom. Em 2002, o governo federal norte-americano aprovou a Lei Sarbannes-Oxley, com o propósito de restaurar a confiança do público em geral na governança corporativa (WESTON e BRIGHAM, 2000).

2.4 Normas e Procedimentos Contábeis

Há um conjunto de Leis e normas que regulamentam as empresas. Muitas dessas leis disciplinam a apresentação de demonstrações financeiras, sendo estas leis expostas por diversos meios de normatização, como a legislação comercial, as normas da Comissão de

Valores Mobiliários (CVM), a legislação tributária e o Conselho Federal de Contabilidade ocupam lugar de destaque na normatização contábil brasileira (SILVA, 1999). Dessa maneira, o desenvolvimento do saber contábil, apoia-se em um conjunto de normas que auxiliam na padronização dos procedimentos de mensuração dos dados em relatórios contábeis, buscando-se a convergência destes aos padrões internacionais, a fim de proporcionar a possibilidade de comparação dos resultados em nível internacional, confrontando-se com os relatórios de instituições estrangeiras que atuam no cenário mundial.

A estrutura conceitual básica da contabilidade representa o arcabouço teórico que define o ambiente ao qual a contabilidade pode ser elaborada, assim sendo, se organiza esta estrutura de acordo com o raciocínio dedutivo no qual parte-se de um contexto amplo para um específico. Assim, tem-se em primeiro plano os objetivos da contabilidade, visto que esse é o ponto de partida na busca de respostas para questões em qualquer atividade ou área do conhecimento. Partindo da ideia de que o objetivo da contabilidade é a geração de informação para o controle e a tomada de decisão, têm-se como passos seguintes os postulados que definem o ambiente e as condições para a geração dessas informações, os princípios que estabelecem a forma de registro, apuração e apresentação dos resultados e as convenções que são restrições à forma de utilização dos princípios (FAVERO, 2003).

Segundo o Ibracon (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) os Princípios dão as grandes linhas filosóficas de resposta contábil aos desafios do sistema de informação contábil, operando num cenário complexo, no nível dos Postulados. São considerados princípios contábeis propriamente ditos: Custo como base de valor, Denominador comum monetário, Realização da receita, Confronto das despesas com as receitas e com os períodos contábeis (SILVA, 1999).

2.5 Gestão de Riscos

Risco é definido como um perigo; exposição à perda ou ao dano. Assim, risco refere-se à possibilidade de que algum acontecimento desfavorável venha a ocorrer (WESTON e BRIGHAM, 2000).

Risco é a possibilidade de prejuízo financeiro ou, mais formalmente, a variabilidade de retorno associado a determinado ativo. Incerteza é a situação de dúvida ou insegurança de se obter um resultado, sem forma de quantificar as possibilidades de ocorrência das situações

positivas ou negativas. Retorno é o total de ganhos ou perdas de um proprietário ou aplicador sobre investimentos anteriormente realizados (LEMES JR, et al. 2002).

Segundo Lemes Jr. et al. (2002) os fatores de risco podem ser reunidos em grupos, conforme suas características:

a) Risco de Empreendimento: são os riscos associados à condução do empreendimento. Estão relacionados às escolhas administrativas da gerência da empresa, ex: administração da produção, Marketing, Recursos Humanos, Logística, Finanças.

b) Risco do Negócio: estão relacionados às atividades da empresa, mas afetam todas as empresas do ramo, concorrentes diretos e próximos, ex: retração da demanda do produto, escassez de matéria prima, concorrência de produtos importados, obsolescência tecnológica, impactos das ondas de fusões e aquisições.

c) Risco país: o fato de o investimento acontecer nesse ou naquele país interfere nos resultados do empreendimento, ex: decisões de política econômica, as leis do país, condições de estabilidade econômica e inflacionária.

Segundo Lemes Jr. et al. (2002), o valor de risco se vai assumir depende do retorno esperado. É natural se esperar que quanto maior o risco assumido, maior o retorno esperado do investimento. Para expressar algebricamente o retorno, é preciso identificar os tipos de retorno:

Retorno Esperado: (ex-ante) remuneração que os investidores solicitam para manter suas aplicações no ativo considerado.

Retorno Exigido: é um mercado eficiente, corresponde ao retorno esperado.

Retorno Real: (ex-post) é o retorno efetivo do investimento ou da aplicação.

Complexidade, incerteza e mudança prevalecem em todas as atividades empresariais. A gestão dos riscos propõe uma nova forma de pensar. Utilizando uma linguagem universal e aprimorando a cultura focada nos riscos, as empresas identificam, avaliam, mensuram, tratam, monitoram e revisam seus riscos e objetivos. Transforma riscos em oportunidades criando um diferencial competitivo de mercado (LEMES JR. et al., 2002).

2.6 Contabilidade Tributária

Conforme Oliveira et al (2005) destacaram em sua publicação, paga-se os tributos em unidades de moeda corrente, não havendo-se a possibilidade do pagamento dos mesmos em bens, trabalho ou prestação de serviço, sendo os tributos expressos na moeda corrente ou por

meio de indexadores, como a Ufir. Além disso, não se originam de infração de determinada lei, é uma obrigação independente da vontade do contribuinte, sendo estabelecida em norma jurídica com força de lei e cuja autoridade não possui liberdade para escolher a melhor oportunidade de se cobrar o tributo, sendo todos os passos seguidos conforme a lei.

No que se trata das informações geradas por este ramo da contabilidade, um dos principais usuários externos que tem interesse nelas é o governo, pois é o arrecadador dos impostos e contribuições, porém são informações que se pode direcionar-se aos usuários internos, até por que as diferentes formas de regime tributário impactam sobre o resultado do exercício da empresa.

Ramo da contabilidade responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas diversas atividades de uma empresa, ou grupo de empresas, adaptando ao dia a dia empresarial as obrigações tributárias, de forma a não expor a entidade às possíveis sanções fiscais e legais (OLIVEIRA et al, 2005, p. 33).

Segundo o Código Tributário Nacional em seu art. 96º, a expressão legislação tributária compreende as leis, os tratados e convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações a eles pertinentes. Além disso, o Código Tributário Nacional em seu art. 3º, conceitua tributo como toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. (BRASIL, 1966)

2.7 Avaliação de Desempenho pelos Investidores

As demonstrações contábeis demonstram de forma monetária todas as operações realizadas pela empresa e por meio delas é possível extrair varias informações úteis na avaliação de desempenho de sua posição econômica e financeira.

Conforme Horngren (2004), avaliação de desempenho é parte integrante de qualquer sistema de controle e ajuda no processo de tomada de decisões estratégicas no planejamento das ações futuras da organização.

Para Martins (2006), a avaliação de uma empresa normalmente se inicia pelas demonstrações contábeis, porém, devido à adoção dos princípios contábeis e à influência da legislação tributária, geralmente não refletem o valor econômico do empreendimento, devendo ser ajustados para que possa se aproximar ao valor econômico da empresa. Os

ajustamentos típicos envolvem a depreciação, estoques, ativos intangíveis, leasing e outros itens patrimoniais.

Martins (2006, p. 264) afirma que há duas formas de se avaliar uma empresa em circunstâncias normais:

Pelo seu valor de liquidação ordenada, ou seja, pelo que valem seus ativos avaliados a preço de venda, diminuídos dos gastos para se efetuar essa venda (comissão, impostos, transportes e etc.) e o valor necessário para saldar seu passivo com terceiros; e pelo seu valor de funcionamento, que depende basicamente dos futuros benefícios econômicos que ela é capaz de produzir.

Com a avaliação de desempenho o investidor pode extrair informações e tomar decisões como investir ou não em ações de uma empresa, atender à solicitação de crédito, se a empresa possui uma capacidade de pagamento, se a atividade operacional da empresa tem rentabilidade, entre outros.

2.8 Contabilidade Internacional

A contabilidade, por ser ciência social aplicada, é produto do ambiente em que atua. Como cada país tem seu próprio ambiente político, social, cultural e econômico (diferente um do outro), e sendo a contabilidade, produto dessa complexa interação, classificar sistemas contábeis nacionais de uma forma objetiva se tornou algo complexo para os profissionais dessa área (NIYAMA, 2005).

Se a contabilidade é a linguagem dos negócios ela precisa ser compreendida e transmitir a mesma informação em todo o mundo. Porém, o problema da contabilidade em nível internacional não é tão simples quanto aparenta, dado que algumas alterações da linguagem contábil pode criar um efeito nefasto sobre a qualidade da informação transmitida.

Nesse sentido, alguns órgãos internacionais voltaram-se a elaborar normas contábeis mais padronizadas, criou-se então a junta de normas de contabilidade financeira, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB). Criou-se também um organismo igualmente privado e sem fins lucrativos que, em 2000, foi reformado em sua constituição e é hoje a junta de normas internacional de contabilidade, o *International Accounting Standards Board* (IASB).

O IASB está comprometido em reduzir tais diferenças buscando harmonizar as regulamentações, normas contábeis e procedimentos relativos à preparação e apresentação das demonstrações financeiras. O IASB acredita que maior harmonização pode ser objetivada focando-se nas demonstrações financeiras que são preparadas para o propósito de promover

informações úteis na tomada de decisão econômica. Em 1977 foi fundada formalmente a federação internacional de contadores (IFAC) *International Federation of Accountants*, sua missão é a de estreitar o relacionamento da profissão contábil em nível mundial, atendendo a demanda de interesse público, contribuir para o desenvolvimento da economia internacional, estabelecendo e promovendo aderência à elevada qualidade técnica dos padrões profissionais.

As Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standard – IAS) em inglês, atualmente conhecidas como normas IFRS (International Financial Reporting Standard) são um conjunto de pronunciamentos de contabilidade internacionais publicados e revisados pelo IASB (International Accounting standards Board).

As normas IFRS foram adotadas pelos países da União Europeia a partir do 31 de dezembro de 2005 com o objetivo de harmonizar as demonstrações financeiras consolidadas publicadas pelas empresas abertas europeias. A iniciativa foi internacionalmente acolhida pela comunidade financeira. Atualmente numerosos países têm projetos oficiais de convergência das normas contábeis locais para as normas IFRS, inclusive o Brasil.

As normas internacionais são compostas por um conjunto de 5 (cinco) tipos de pronunciamentos técnicos (*Framework*, IAS, IFRS, SIC e IFRIC):

Todos os pronunciamentos internacionais são publicados pelo IASB em língua inglesa. A estrutura conceitual de preparação e apresentação das demonstrações financeiras internacionais é detalhada no framework (Framework for the preparation and presentation of Financial Statements), onde se tem uma descrição dos conceitos básicos que devem ser respeitados na preparação e apresentação das demonstrações financeiras internacionais.

2.9 Auditoria

Nesta subárea da contabilidade financeira busca-se a realização de um trabalho contábil, no qual, se almeja a veracidade das informações contidas nos demonstrativos contábeis, assim como a emissão de um relatório denominado de parecer, contendo a opinião do auditor em relação a confiabilidade das informações contábeis contidas nos demonstrativos da empresa, conforme destacado por Franco e Marra em sua obra Auditoria contábil:

A auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes (FRANCO e MARRA 2001, p. 28).

A auditoria externa ou auditoria independente surgiu como partes da evolução do sistema capitalista. Com a expansão do mercado e o acirramento da concorrência, houve a necessidade das empresas ampliarem suas instalações fabris e administrativas, investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar os controles e procedimentos internos em geral, visando à redução de custo e, portanto, tornando mais competitivos seus produtos no mercado. Os futuros investidores conhecem a posição patrimonial e financeira da empresa através das demonstrações contábeis, as quais devem ser examinadas por um profissional independente da empresa e de reconhecida capacidade técnica. Esse profissional, que examina as demonstrações contábeis da empresa e emite sua opinião sobre estas, é o auditor externo ou independente (ALMEIDA, 2010).

2.10 Relatórios financeiros

Os relatórios contábeis correspondem à informação apurada pela contabilidade de forma ordenada e resumida, de modo a informar aos usuários internos e externos à empresa fatos acontecidos em certo período. Existem os relatórios obrigatórios e os não obrigatórios. A contabilidade é reconhecida pela legislação comercial e fiscal, portanto existem relatórios confeccionados pelas empresas cuja obrigação é obrigatória, seja para o público externo ou para os órgãos de fiscalização. Esses relatórios contêm informações de caráter econômico-financeiro (SILVA, 2007).

Os relatórios cuja divulgação não é obrigatória são os relatórios gerenciais e têm por objetivo atender às necessidades do corpo gerencial. As elaborações desses relatórios não estão atreladas a legislação fiscal, societária ou de órgão que regulam atividades das empresas. Já os relatórios obrigatórios, são para as empresas de sociedade por ações, sejam elas de capital aberto ou fechado.

Os relatórios financeiros podem ser entendidos como um conjunto de demonstrativos, podendo ser obrigatórios que são exigidos pela lei das sociedades por ações dentre eles: Balanço patrimonial (BP), demonstração do resultado do exercício (DRE), Demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR) e as Notas explicativas (NE). E os que não são obrigatórios, ou seja, que não são exigidos por lei são: os Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC), demonstrativo do valor adicionado (DVA), balanço social e os orçamentos e previsões financeiras.

Relatórios financeiros são demonstrações que contém informações contábeis que são utilizadas no processo de tomada de decisão. Os relatórios são construídos com base nos registros contábeis e periodicamente demonstram a situação econômica, financeira e patrimonial da entidade. Esses relatórios, também chamados de demonstrativos, servem para demonstrar o resultado obtido pela empresa em um determinado período.

Para Weston e Brigham (2000), o relatório anual é publicado pela empresa para informar os seus acionistas. Ele contém demonstrações financeiras básicas, bem como a posição da administração sobre operações do respectivo ano e as perspectivas da empresa. Dos vários relatórios que as empresas enviam aos seus acionistas, o relatório anual é provavelmente o mais importante. Dois tipos de informação são fornecidos nesse relatório:

Seção dissertativa: expõe os resultados operacionais da empresa no respectivo ano e aborda novos acontecimentos que vão afetar as operações futuras.

Seção quantitativa: apresenta quatro demonstrações financeiras básicas: a demonstração de resultados, o balanço patrimonial, a demonstração de lucros retidos e a demonstração do fluxo de caixa.

As informações dissertativas e as quantitativas são igualmente importantes. O relatório das demonstrações financeiras informa o que realmente aconteceu com os lucros e dividendos nos últimos anos, enquanto as informações dissertativas tentam explicar por que as coisas ocorreram da forma como ocorreram (Weston e Brigham, 2000).

2.11 Outras subáreas relacionadas a contabilidade financeira

Além das subáreas destacadas acima, outras nove subáreas não menos importantes, também se pesquisou para formação do constructo teórico da pesquisa, lembrando-se que as mesmas não foram melhor apresentadas no presente trabalho devido as próprias restrições físicas para elaboração de artigos, a saber estas subáreas seriam: contabilidade societária; finanças corporativas; gestão baseada em valor; controles internos; teoria de agência; fusões, cisões, aquisições, reestruturação e desinvestimento de empresas; recuperação de empresas; teoria da contabilidade; e Modelos de mensuração em contabilidade.

Na sequência desenvolveu-se a metodologia utilizada na presente pesquisa, assim como, caracteriza-se o trabalho realizado, a partir de fundamentações científicas encontradas na literatura para o embasamento e desenvolvimento do trabalho de conclusão do curso de ciências contábeis.

3 METODOLOGIA

Conforme Santos (2004), frequentemente os pesquisadores são solicitados a caracterizar seus trabalhos, principalmente por ocasião da leitura por terceiros dos resultados alcançados. Portanto, considera-se de suma importância à caracterização do trabalho científico da maneira mais explícita possível, a fim de se proporcionar um melhor entendimento da forma como desenvolveu-se a pesquisa científica.

3.1 Classificação da Pesquisa

No trabalho realizado por Gil (2002), se considera que a pesquisa quanto aos seus objetivos pode ser classificada como exploratória, descritiva e explicativa. De acordo com Andrade (2006), nas pesquisas descritivas os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados. Portanto, esta pesquisa se enquadra como descritiva, pois visa descrever as mudanças ocorridas na produção científica na área da contabilidade financeira, publicada nos anais dos congressos delimitados.

A classificação da pesquisa quanto a sua natureza poderá ser classificada como teórica (pura) ou prática (aplicada e empíria), dessa maneira de acordo com Vergara (2006, p. 47):

A pesquisa aplicada é fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, mais imediatos ou não. Tem, portanto, finalidade prática, ao contrário da pesquisa pura, motivada basicamente pela curiosidade intelectual do pesquisador e situada, sobretudo no nível da especulação.

A pesquisa proposta se classifica como uma pesquisa prática (aplicada e empírica), visto que a pesquisa tem como objetivo analisar questões práticas da produção científica brasileira em Contabilidade Financeira.

De acordo com Borinelli (2006), ao considerar a natureza das variáveis envolvidas num estudo, é possível encontrar dois tipos de pesquisa: a qualitativa e a quantitativa. Segundo Magalhães e Orquiza (2002), a pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Para atingir os objetivos propostos será realizada uma abordagem quantitativa e qualitativa, pois a pesquisa proporcionará medidas precisas e confiáveis que permitirão uma análise estatística sobre a produção científica nos congressos propostos.

Quanto ao local de realização o estudo versificou como sendo pesquisa de campo. Para Santos (2004), são chamados de fontes de pesquisa/dados os lugares e as situações nas quais

se podem extrair os dados necessários para a pesquisa. As fontes de dados são três: campo, laboratório e bibliografia. Oliveira (2002) afirma que a pesquisa de campo consiste na observação de fatos tal como ocorrem espontaneamente na coleta de dados e no registro de variáveis para análises posteriores. Com esta definição, a pesquisa será caracterizada como de campo, pois houve a coleta dos dados sem manipular as variáveis.

Em relação aos procedimentos técnicos, Raupp e Beuren (2003), referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e se obtêm os dados. Conforme Gil (2002), na pesquisa documental as fontes são mais diversificadas e dispersas, não se limitam somente ao material impresso localizado nas bibliotecas. Assim, a presente pesquisa será definida como documental, pois serão analisados trabalhos publicados em anais de congressos brasileiros de Contabilidade.

Quanto à abordagem técnica, segundo Andrade (2006), os métodos de abordagem derivam da forma de raciocínio utilizada e compreendem: método dedutivo, método indutivo, método hipotético-dedutivo e método dialético. No método indutivo a cadeia de raciocínio estabelece conexão ascendente, ou seja, chega-se à conclusão do particular para o geral. Esta pesquisa se enquadra nesta classificação, pois a partir das inferências particulares poderão ser encontradas conclusões generalizadas sobre a pesquisa em Contabilidade Financeira.

3.2 Caracterização da Pesquisa

No que tange à delimitação, a presente pesquisa se limita aos trabalhos sobre Contabilidade Financeira, publicados nos anais dos Congressos Brasileiro de Custos, Enanpad, Anpcont e USP em Controladoria e Contabilidade, no período de 2009 a 2011.

Para as coletas dos trabalhos foi realizado um roteiro estruturado em um banco de dados desenvolvido com o apoio do programa computacional Microsoft Excel, tendo como eixo a identificação do trabalho, o número de publicações a cada ano por congresso, temática e autoria. Os artigos coletados foram encontrados nos sites dos referidos congressos, realizando-se hiperlinks para facilitação da análise futura.

Os trabalhos relacionados à contabilidade financeira foram classificados de forma quantitativa e qualitativa através do número de publicações de cada ano por periódico, no período pré-fixado. A temática dos trabalhos foi identificada e enquadrada em subáreas da Contabilidade Financeira, em todos os trabalhos publicados nos congressos e período estabelecidos. As identificações dos autores foram feitas por meio da coleta de dados como:

nome, titulação e vinculação institucional, buscando-se estas informações na plataforma *Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além das informações contidas nas próprias publicações. Dessa maneira, desenvolveu-se a pesquisa embasada no constructo teórico definido para os fins deste trabalho, no qual se analisou os conceitos básicos das subáreas relacionadas a contabilidade financeira.

Como limitação da pesquisa cita-se a dificuldade de enquadrar alguns trabalhos dentro da área da Contabilidade Financeira por terem conteúdos que podem ser enquadrados em outras simultaneamente.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

As mudanças relevantes ocorridas foram sistematizadas em torno de 311 artigos enquadrados dentro da contabilidade financeira, os quais foram cuidadosamente selecionados a partir das 3.872 publicações realizadas nos congressos destacados nesta pesquisa, assim sendo, procedeu-se o desenvolvimento das três dimensões propostas neste trabalho científico.

4.1 Quantitativa

Para análise desta dimensão compilou-se as informações quantitativas relacionadas ao número de publicações em quadros comparativos, destacando-se a quantidade de artigos direcionados para a contabilidade financeira, assim como, o percentual de colaboração anual para cada congresso, proporcionando a possibilidade de visualizar os resultados holisticamente. Logo encontrou-se a proporção do número de publicações em contabilidade financeira em relação ao número total de publicações a cada ano de realização do evento.

ANO	CBC			ENANPAD		
	Total de Publicações	Contabilidade Financeira	Colaboração Anual	Total de Publicações	Contabilidade Financeira	Colaboração Anual
2009	255	2	0,78%	876	52	5,94%
2010	270	19	7,04%	843	39	4,63%
2011	199	10	5,03%	869	33	3,80%
TOTAL	724	31	4,28%	2588	124	4,79%

Quadro 1 - Número de trabalhos a cada ano por congressos CBC e ENANPAD.

Fonte: A pesquisa, 2012.

Analisando-se o quadro 1 percebe-se que o Congresso Brasileiro de Custos (CBC) apresenta o segundo maior volume de artigos publicados em relação a população analisada tendo um total de 724 publicações, no entanto, em relação a contabilidade financeira se enquadraram apenas 4,28% de colaboração para o corpo de artigos deste congresso ao longo do período analisado, mesmo assim, visualiza-se que em relação ao ano de 2009, houve um aumento apreciável das publicações na área financeira nos anos posteriores.

Ainda no quadro 1 analisa-se que o Congresso ENANPAD apresenta o maior volume de artigos publicados em relação a população analisada tendo um total de 2.588 publicações, no entanto, em relação a contabilidade financeira se enquadraram apenas em torno 5% de colaboração para o corpo de artigos deste congresso ao longo do período analisado, além disso, este número de publicações decaiu no período analisado, tendo-se uma menor participação no ano de 2011, com 3,80% das publicações do ano, frente a participação do ano de 2009, com 5,94% em relação ao total de artigos publicados no congresso em 2009.

ANO	ANPCONT			USP		
	Total de Publicações	Contabilidade Financeira	Colaboração Anual	Total de Publicações	Contabilidade Financeira	Colaboração Anual
2009	105	21	20,00%	68	16	23,53%
2010	82	23	28,05%	101	39	38,61%
2011	100	31	31,00%	104	26	25,00%
TOTAL	287	75	26,13%	273	81	29,67%

Quadro 2 - Número de trabalhos a cada ano por congressos ANPCONT e USP.

Fonte: A pesquisa, 2012.

Em relação ao quadro 2 percebe-se que no Congresso ANPCONT tem-se um número significativo de contribuições no que tange a área de contabilidade financeira, tendo esta uma colaboração em torno de 26% ao longo dos três anos analisados. Além disso, o número de trabalhos cresce com o decorrer dos anos, evidenciando-se que no ano de 2009 havia a colaboração de 20% em relação ao número de publicações anual no congresso, já no ano de 2011 este percentual em relação ao total de publicações na contabilidade financeira aumentou para consideráveis 31% de colaboração neste congresso.

Observa-se também no quadro 2 que no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, tem-se também um número significativo de contribuições no que tange a área de contabilidade financeira, tendo esta uma colaboração de quase 30% ao longo dos três anos analisados. Além do mais, o número total de trabalhos cresce com o decorrer dos anos,

evidenciando que no ano de 2010 houve a maior concentração de publicações voltadas a contabilidade financeira neste congresso, com 38,61% das incidências, porém este número caiu no ano subsequente para 25%, o que indica uma pequena decadência nas publicações em financeira.

4.2 Temática

Dividiu-se a contabilidade financeira em dezenove subáreas consideradas como caracterizadoras deste ramo da contabilidade, verificando-se quais vertentes são mais abordadas nas pesquisas realizadas neste ramo da contabilidade e nos congressos analisados nesta pesquisa, assim como, identificando-se as subáreas nas quais existem poucas incidências de publicações. O gráfico 1 demonstra as subáreas que mais foram abordadas.

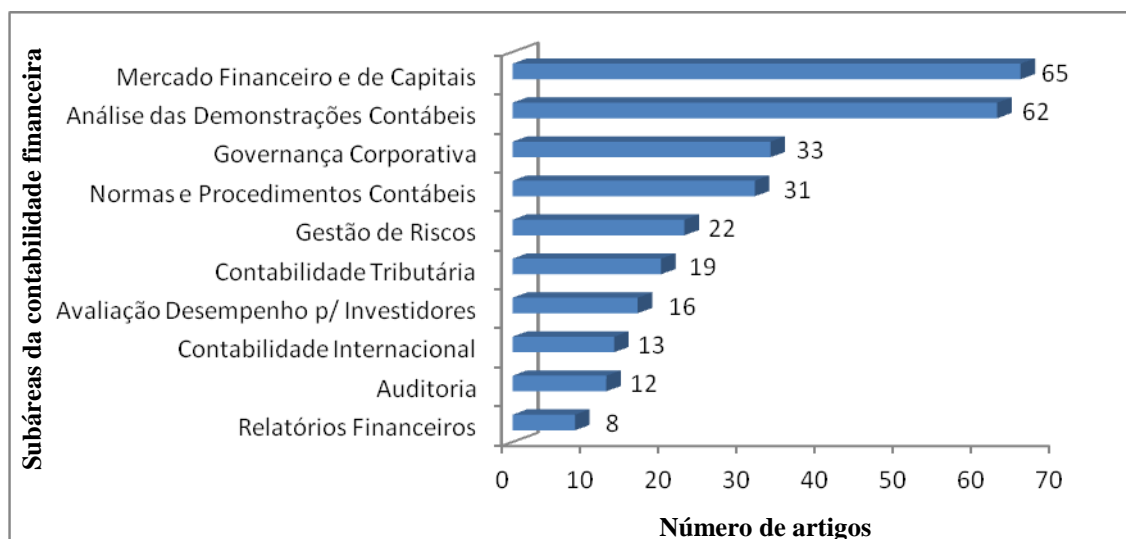


Gráfico 1 - Subáreas da contabilidade financeira por número de publicações.

Fonte: A pesquisa, 2012.

Conforme se verifica no gráfico 1, as subáreas mais destacadas no cenário dos congressos em ordem decrescente seriam: o Mercado Financeiro e de Capitais com 65 artigos, verificando-se o grande nível de atenção direcionada para esta importante área da contabilidade; a Análise das Demonstrações Contábeis com 62 artigos; a Governança Corporativa com 33 publicações, observando-se as vantagens da dinâmica administrativa empreendida por esta subárea; as Normas e Procedimentos Contábeis (nacionais e internacionais), também encontram-se no patamar de 31 publicações; Gestão de Riscos, com

22 artigos; Contabilidade Tributária, com 19 trabalhos; Avaliação de Desempenho pelos Investidores, com 16 publicações; Contabilidade Internacional, com 13 artigos; Auditoria, com 12 trabalhos realizados, observando-se também a importância desta subárea para garantir a veracidade das informações emitidas principalmente pelas empresas de capital aberto; Relatórios Financeiros, com oito publicações, assim sendo, estas 10 subáreas destacadas, compreendem um maior número de publicações totalizando 281 trabalhos científicos desenvolvidos.

Os resultados da pesquisa demonstram que as outras subáreas pouco se evidenciam, estando estas com necessidade de maior desenvolvimento de trabalhos científicos para o progresso do conhecimento contábil, sendo estas subáreas as seguintes: com apenas 5 publicações, encontram-se os Modelos de Mensuração em Contabilidade; e as Fusões, Cisões, Aquisições, Reestruturação, Desinvestimento de Empresas; com um número de 4 publicações, a Contabilidade Societária; e a Teoria da Contabilidade; com somente 3 publicações encontram-se as Finanças Corporativas; e a Gestão Baseada em Valor; e com escassos dois trabalhos têm-se os Controles Internos; Teoria de Agência; e a Recuperação de Empresas.

4.3 Autoria

Na referida dimensão buscou-se analisar o vínculo institucional dos autores, assim sendo, desenvolveu-se um prévio levantamento da titulação atual dos pesquisadores que contribuíram para a realização dos congressos em estudo. Portanto, através das informações que foram colhidas da plataforma *Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e também dos próprios artigos publicados, quando os mesmos continham tais informações, chegou-se aos seguintes resultados em torno dos artigos selecionados dentro da contabilidade financeira.

Observam-se na tabela 1, as instituições que os autores encontram-se vinculados no momento da publicação, visualizando-se que a USP encontra-se com o maior número de contribuições, estando presente em 67 publicações, além disso, algumas universidades federais também participam de maneira considerável dos congressos na área de contabilidade financeira, verificando-se que as 18 instituições que se encontram destacadas somam 289 participações, sendo que, as outras 62 instituições participam com um número menor que cinco incidências nos artigos publicados em contabilidade financeira.

INSTITUIÇÃO	PARTICIPAÇÕES
Universidade de São Paulo - USP	67
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa	33
Universidade de Brasília	27
Fundação Universidade Regional de Blumenau	19
Universidade Federal de Minas Gerais	18
Universidade Presbiteriana Mackenzie	18
Universidade Federal do Rio de Janeiro	13
Universidade Federal de Pernambuco	12
Universidade Federal de Santa Catarina	12
Universidade Federal do Ceará	12
Fundação Getúlio Vargas	10
Universidade Federal da Paraíba	10
Universidade do Vale do Rio do Sinos	8
Universidade Federal do Espírito Santo	7
Universidade Federal de Uberlândia	6
Universidade Federal do Paraná	6
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	6
Universidade Federal da Bahia	5
Subtotal:	289
Outras 62 Instituições com n° de Publicações < 5	111
TOTAL:	400

Quadro 3: Participação das instituições nas publicações

Fonte: Projeto de pesquisa, 2012.

No que se refere ao vínculo institucional atual, observa-se dos dados da pesquisa que 62 autores não contêm vínculo com as instituições, estando possivelmente atuando profissionalmente em alguma outra área relacionada à contabilidade, observando-se também que conforme as informações contidas no Lattes, alguns destes profissionais se encontram trabalhando em cargos públicos.

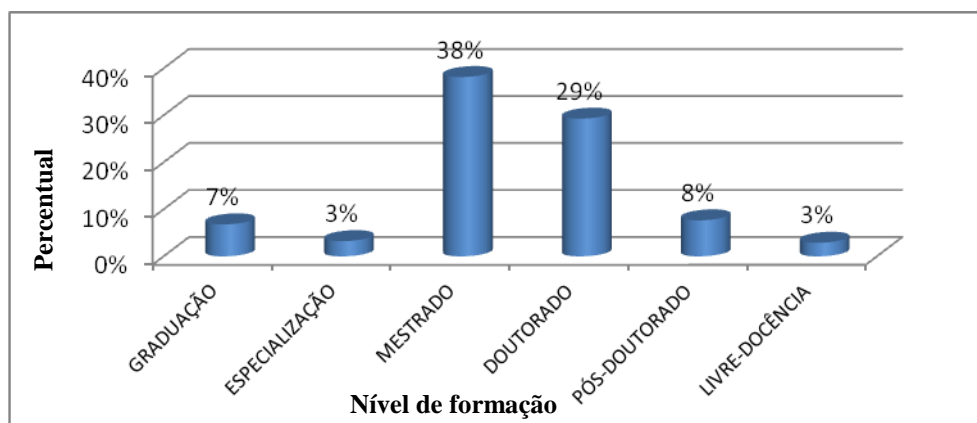


Gráfico 2 - Maior nível de formação atingido pelos autores.

Fonte: A pesquisa, 2012.

No período estudado houve a participação de 587 pesquisadores distintos, dos quais uma parcela de 70 autores não continha o Lattes, possivelmente por em alguns casos terem autores estrangeiros, ou mesmo por falta de atualização do currículo. Tratando-se do nível de formação atual dos participantes, visualiza-se no gráfico 2 que a maioria encontra-se com o mestrado concluído, sendo 38% dos autores que contribuíram para os congressos, seguido dos doutores que encontram-se no patamar de 29%, assim sendo os outros níveis de formação se encontram com participação menor.

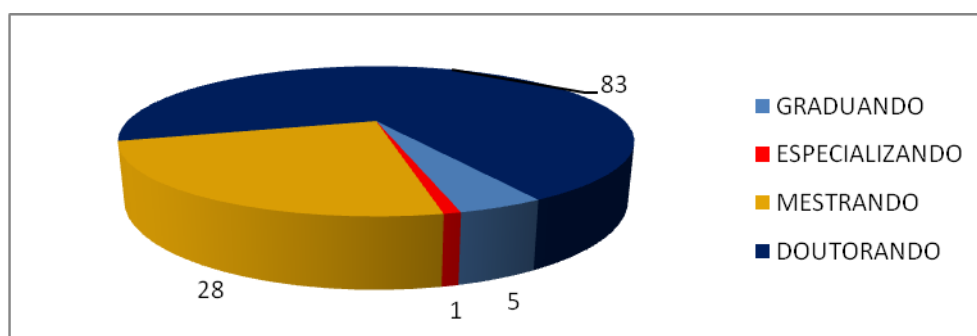


Gráfico 3 - Número de autores em processo de formação.

Fonte: A pesquisa, 2012.

No que refere-se aos pesquisadores que se encontram aperfeiçoando seu nível de formação, no gráfico 3 pode-se observar que futuramente o patamar de doutores será melhorado em torno de 80 pesquisadores, resultando também em uma possível melhoria na qualidade dos artigos apresentados na área de contabilidade financeira, de maneira análoga pode-se pensar também nos mestrandos que são quase 30 estudantes, além disso, nota-se a

participação de poucos graduandos nos congressos, o que pode ser um ponto deficitário, pois demonstra o baixo nível de parceria entre doutores e mestres com os alunos da graduação, pelo menos no que se refere aos congressos em análise no presente trabalho desenvolvido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresenta informações relevantes de forma que possa contribuir no reconhecimento e na análise das mudanças ocorridas na produção científica em Contabilidade Financeira, presente em anais dos Congressos Brasileiro de Custos, Enanpad, Anpcont e USP em Controladoria e Contabilidade, no período de 2009 a 2011. Os resultados e discussões envolvem questões relacionadas a três dimensões, quais sejam: quantitativa, temática e autoria.

Em suma, o estudo compreendeu a análise de 311 artigos enquadrados dentro da contabilidade financeira. Os quais foram cuidadosamente selecionados a partir das 3.872 publicações realizadas nos congressos destacados nesta pesquisa, sendo que nos Congressos USP e Anpcont apresentam uma participação na área de contabilidade financeira significativa com 29,67% e 26,13% respectivamente, no entanto, os Congressos Brasileiro de Custos e Enanpad, apresentam uma participação menor de 5%, nesta área do conhecimento contábil. Além disso, percebe-se que ao longo do período analisado as publicações aumentam no decorrer do tempo, exceto no congresso Enanpad que apresenta um quadro regressivo de publicações, assim sendo, necessita-se de pesquisadores dispostos a realizarem trabalhos na área de contabilidade financeira, neste importante congresso de abrangência nacional em pesquisas administrativas e contábeis.

Perante a análise da dimensão temática verifica-se que as subáreas mais abordadas nas pesquisas são as que se encontram diretamente ligadas ao mercado de capitais, pois se considera como crucial a mensuração correta deste setor, para o desenvolvimento seguro da economia brasileira, sendo destacado com maior número de publicações o Mercado Financeiro e de Capitais com 65 artigos; a Análise das Demonstrações Contábeis com 62 artigos entre outras áreas relacionadas como a auditoria e a Governança Corporativa. Além disso, observa-se a carência de publicações em diversas subáreas importantes para o desenvolvimento do conhecimento contábil, necessitando de pesquisadores que se disponham a explorá-las, sendo estas: Modelos de Mensuração em Contabilidade; Fusões, Cisões, Aquisições, Reestruturação, Desinvestimento de Empresas; Contabilidade Societária; Teoria

da Contabilidade; Finanças Corporativas; Gestão Baseada em Valor; Controles Internos; Teoria de Agência; e a Recuperação de Empresas.

Em relação à autoria, observa-se que a Universidade de São Paulo lidera os vínculos com os pesquisadores, sendo a instituição que mais possui publicações no decorrer do período examinado. Além do mais, verifica-se que o corpo de pesquisadores dos congressos em estudo, atualmente forma-se principalmente por mestres com 38% dos participantes, seguido dos doutores com uma parcela de 29%, entretanto se tem um pequeno número de graduandos que participam destes eventos, demonstrando-se o baixo nível de parceria entre doutores e mestres com os alunos da graduação. Explicitou-se também o futuro aumento do quadro de doutores, pois se tem por volta de 80 pesquisadores em processo de doutoramento, assim como quase 30 mestrados, logo, acredita-se que haverá uma possível melhoria na qualidade das publicações na área de contabilidade financeira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Um Curso Moderno e Completo**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7. ed, 2. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BORINELLI, Márcio Luiz. **Estrutura conceitual básica de Controladoria: sistematização à luz da teoria e da práxis**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- BRASIL. Decreto Lei nº 5. 172, de 25 de Outubro de 1966.
- FAVERO, Hamilton Luiz. Reflexões sobre a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira. **Enfoque reflexão contábil**. Maringá, v. 22, n. 1, pág. 47-52, jan/jun. 2003.
- FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 4ª ed. São Paulo:Atlas, 2001.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HORNGREN, Charles T., DATAR Sprikant M., FOSTER, George.; Tradução Robert Brian Taylor. **Contabilidade de custos: uma abordagem gerencial**. 11º ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- IUDÍCIBUS, Sergio de; LOPES, Alexsandro Broedel, (coordenadores). **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.
- IUDÍCIBUS, Sérgio; *et al.* **Contabilidade introdutória**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- LEMES Junior, Antonio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

- LOPES, Alexsandro B. **A Informação Contábil e o Mercado de Capitais**. Editora Pioneira Thomson Learning. São Paulo, 2002.
- MAGALHÃES, Luzia Eliana Reis; ORQUIZA, Liliam Maria. **Metodologia do trabalho Científico**. Curitiba: FESP, 2002.
- MARTINS, Eliseu. **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. FIPECAFI; 1º ed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.
- MELLAGI FILHO, Armando; ISHIKWA, Sérgio. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Atlas, 2000.
- Nyama, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.
- OLIVEIRA, Luís Martins de et al. **Manual de Contabilidade Tributária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria (org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.
- SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 6. ed. Revisada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- SILVA, José Pereira. **Análise Financeira das empresas**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SILVA, Lourivaldo Lopes. **Contabilidade avançada e tributária**. 2ª ed. São Paulo: IOB, 2007.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da Administração Financeira**. 10 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.